

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2006:

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1) – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1) – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2) – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO;

2.3) – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = INDICAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALÍNEA K, DO ART.º 4º DO REGULAMENTO), POR CADA GRUPO PARLAMENTAR;

2.4) – LUSITÂNIA – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL = ADESÃO;

2.5) – INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO – ITECONS = ADESÃO;

2.6) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE AMAÍNHOS, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº.1 DO ART.º 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ANICETO MIGUEL DOS SANTOS MARTINS;

2.7) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº.1 DO ART.º 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ALBERTO MANUEL VARELA DOS SANTOS FIGUEIREDO;

2.8) – REESTRUTURAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS – ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMOS DE 21/10/2004, COM A REFERÊNCIA 9015/001554/587/0019 = APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS;

2.9) – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2006 = APROVAÇÃO;

2.10) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Não houve faltas a registar.

No ponto um da ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade a acta da sessão de quinze de Dezembro de dois mil e cinco.

O Sr. Presidente da Assembleia deu depois conhecimento aos senhores deputados do convite feito pelo Grupo Coral Polifónico de Santa Comba Dão para assistirem ao Concerto de Gala comemorativo do seu terceiro aniversário como Associação Cultural.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Paula Francisca Gomes. A sua intervenção constitui o anexo 1 desta acta e faz parte integrante da mesma.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires que a propósito de um artigo publicado no Jornal Defesa da Beira, onde o Sr. Presidente da Câmara reafirmava que o motivo da sua candidatura nunca foi o económico, uma vez que iria para uma situação muito menos favorável, mas sim servir o concelho, teceu considerações sobre a forma geral de estar na política em Portugal no que diz respeito a: motivos, finalidades e princípios. Referindo-se depois ao comunicado “Falar mesmo verdade”, emitido pelos Srs. Vereadores no poder, defendeu a colocação dos aparelhos de ar condicionado nos gabinetes dos Vereadores, esclareceu que dos catorze lugares postos a concurso apenas e, por imperativos da lei, cinco foram empossados, comparou o número de cargos políticos actualmente existentes e os do anterior executivo, frisando a diminuição de encargos, lembrou a posição sempre manifestada pela situação resultante de funcionários da Câmara Municipal aposentados

continuarem em funções a coberto de recibos verdes, impedindo o acesso de novos funcionários às vagas criadas pela sua aposentação, identificando os valores das remunerações. Apresentou a situação actualmente existente de um reformado a exercer o cargo de Secretário, referindo não ser uma situação idêntica à anterior, uma vez que se tratava de uma nomeação de natureza política e que não era impeditiva do acesso à carreira de quem quer que fosse. Enumerou depois os motivos que no seu entender, levaram o Sr. Presidente da Câmara a decidir-se por esta nomeação. Referiu-se de seguida ao pedido feito pelo Sr. Director Geral dos Impostos às Juntas de Freguesia, no sentido de colaborarem, ajudarem e apoiarem a população no preenchimento dos modelos de IRS, focando a oportunidade e o realismo da Câmara Municipal na decisão de colocação de funcionários nas Juntas de Freguesia para o apoio às populações.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que a propósito da colocação dos aparelhos de ar condicionado nos gabinetes dos Srs. Vereadores, disse nunca ter estado em causa a melhoria das condições de trabalho, mas sim a afirmação de que os aparelhos já tinham sido adquiridos pelo anterior executivo, o que não correspondia a verdade. Referiu-se depois à intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires anteriormente feita, dizendo que se tratava da defesa da opção do actual executivo, estranhando que tendo havido críticas ao volume das despesas correntes do anterior executivo se tivesse optado pela contratação de pessoal o que em nada contribuía para a diminuição da despesa.

Não havendo mais pedidos de intervenção seguiu-se para o Período da Ordem do Dia. Depois de ter sido dado cumprimento ao determinado pelo número 2 do Art.º 19º do Regimento, passou-se ao ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a sua intervenção e informação apoiada no documento que previamente foi distribuído a todos os Srs. Deputados.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que focou os grandes objectivos do executivo, conforme o publicado no Boletim Municipal: a manutenção das urgências do Centro de Saúde, ligação do actual IC12 à futura Auto-Estrada que substituirá o actual IP3, a revalorização da Estação dos Caminhos-de-Ferro, o projecto da Aguieira, o Museu do Estado Novo e as Termas do Granjal. Informou a Assembleia da sua presença numa reunião em que esteve também presente o Sr. Ministro da Saúde, onde defendeu o SAP de Santa Comba Dão, informando-o da existência das suas excelentes estruturas e da facilidade de apoio aos concelhos limítrofes. Solicitou informação sobre o IC12 e a futura Auto-Estrada que substituirá o IP3, uma vez que circulava a informação de que esta não passaria por Santa Comba Dão, o que seria penalizante para o concelho. Salientou que o Museu do Estado Novo e as Termas do Granjal, já eram um objectivo do anterior executivo e questionou sobre novos projectos: industria, juventude, combate ao desemprego,

requalificação do Centro Urbano e melhor qualidade de vida aos munícipes. Lamentou depois a posição do Sr. Presidente da Câmara numa entrevista a um jornal sobre a elevação a cidade de Santa Comba Dão, historiando as posições na Assembleia da Republica, Assembleia Municipal e parâmetros exigíveis para a elevação a cidade. Discordou da classificação de emblemático ao projecto do Museu do Estado Novo, concordando no entanto com o mesmo. Referiu-se depois à resposta do Sr. Presidente da Câmara a um requerimento apresentado para a identificação dos casos de prepotência, intolerância e perseguição por parte do anterior executivo, discordando da resposta, uma vez que no seu entender o Regimento da Assembleia Municipal não prevê a criação de Comissões de Inquérito para a identificação desta situação, salientando que o anterior Presidente da Câmara tinha direito a defender-se das possíveis acusações. Discordou a seguir da afirmação do Sr. Presidente da Câmara numa entrevista onde disse que “já não controlamos os jornais locais”. Referiu que nessa entrevista foi focado o excelente Complexo Desportivo deixado pelo anterior executivo. Terminou fazendo votos para que o derrotismo e as acusações ao anterior executivo terminem e disponibilizou-se para um trabalho conjunto a bem de todos os Santacombadenses.

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara congratulou-se com as afirmações finais, referindo que muitas das vezes também se limita a responder a acusações que, em tão pouco tempo, lhe têm sido feitas. Respondendo às questões colocadas, salientou a disponibilidade do Sr. Deputado e de todos os Srs. Vereadores, incluído os da oposição, na resolução do problema das urgências e informou da existência na Câmara Municipal e em todas as Juntas de Freguesia de um abaixo assinado destinado a recolher assinaturas de apoio à manutenção dos serviço de urgência no Centro de Saúde de Santa Comba Dão. Sobre o IC12 não havia nada de novo e sobre a futura Auto-Estrada que irá substituir o actual IP3, lamentou informar que ela não passaria no Concelho de Santa Comba Dão, uma vez que já estavam tomadas as decisões nesse sentido e que nesta altura e apesar dos esforços da Câmara junto às Estradas de Portugal a situação era quase irreversível. Lamentou a falta de acompanhamento no processo por parte da anterior Câmara, mas disse compreender a situação uma vez que interesses mais fortes pretendiam que a auto-estrada passasse mais a Norte. Ainda sobre o IC12 disse que não havia projectos para a sua localização e que a Câmara estava a fazer pressão para a existência de um nó de ligação o mais perto possível de Santa Comba Dão. Sobre a questão da elevação a cidade, desmentiu que tenha afirmado discordar da elevação, dizendo que sentia orgulho na situação, não seria no entanto um projecto prioritário caso na altura fosse Presidente da Câmara. Disse já ter pedido o desmentido e que lamentava não ter havido gravação da entrevista para poder confrontar o jornalista com a situação. Sobre a classificação do Museu do Estado Novo, como projecto emblemático, não o classificou como tal, mas se o fizesse não se arrependia, confirmou sim a designação de projecto âncora, assim como os projectos da Sra. da Ribeira, Termas do Granjal e projectos ligados à Barragem da Agueira. Informou da

realização de um estudo, onde o impacto da existência do Museu do Estado Novo era significativo no aspecto económico e turístico do Concelho. Sobre as afirmações contidas na informação dada na última Assembleia Municipal, uma vez que não se considerava delator não ia identificar as situações, por isso ter sugerido a criação de uma Comissão para averiguar e identificar os casos. Lamentou que tenha havido aproveitamento de algumas informações dadas por escrito e que tiradas do contexto em que estavam, tenham dado origem a outras interpretações. Reforçou que as questões deverão ser tratadas no sítio certo e não na comunicação social. Reafirmou mais uma vez que em relação à actuação do anterior executivo, nem tudo foi mau, pensando mesmo que foram feitas mais coisas boas do que más, mas também foram feitas coisas más, sendo preciso falar nelas, identifica-las e resolvê-las, como foram os casos referidos na informação escrita.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Sandro Branquinho, que pediu ao Sr. Deputado César Branquinho esclarecimento sobre se a sua intervenção anterior na referência ao Museu do Estado Novo era pessoal ou em nome do Grupo Parlamentar.

Respondeu o Sr. Deputado César Branquinho dizendo que era uma posição pessoal, mas pensava que o Grupo teria a mesma opinião.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, que referiu e lamentou a falta de informação dada pelo anterior Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, no que diz respeito aos processos judiciais e situação financeira. Estabeleceu uma comparação entre a situação deficitária existente em Santa Comba Dão e o Município do Barreiro e salientou a situação de comprometimento do investimento futuro no Concelho. Solicitou também que fosse publicitada nos órgãos de comunicação social a situação financeira do Município.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Paulo Dirceu Santos que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e no sentido de clarificar os factos em relação à Sra. da Ribeira, no que diz respeito à inviabilidade técnica do projecto face aos condicionalismos do POAA, referiu que o anterior executivo avançou com o projecto com base no PROZAG, que era menos exigente que o POAA, pelo que a viabilidade técnica nunca tinha sido posta em causa; que o anterior executivo não era conhecedor do ante-projecto uma vez que a empresa promotora apenas recentemente garantiu a aquisição da maioria dos terrenos, disse que o anterior executivo justificava a inexistência de ante-projecto para salvaguardar a especulação sobre o valor dos terrenos e por isso manteve o secretismo sobre o assunto. Assim foi possível a venda dos terrenos, tornando viável técnica e financeiramente o projecto, depois de terem sido executadas as obras de apoio (acesso rodoviário, redes de água, esgotos, eléctrica e construção da ETAR) pelo anterior executivo. Disse não compreenderem a afirmação do Sr. Presidente da Câmara sobre a essência das falhas detectadas, uma vez que concordavam com o anterior executivo em colocar um seu representante, e não interlocutor como foi afirmado, na coordenação e enquadramento do projecto, uma vez que se tratava de uma

pessoa idónea, responsável, conhecedora da situação e entrosada nas entidades envolvidas. Discordou também da afirmação “em manter-se a situação com que nos deparámos, corria-se o risco de nada ser feito e a Sra. da Ribeira continuar a ser uma zona desaproveitada sob o ponto de vista turístico”, uma vez que a Câmara anterior lançou o projecto em conjunto com a empresa promotora, dependendo o avanço deste, da garantia da empresa em adquirir os terrenos e com isto na posterior apresentação do ante-projecto de forma a permitir o enquadramento do mesmo nos planos de pormenor a efectuar pela Câmara, pelo que o avanço do processo não dependia directamente do anterior executivo, mas sim da aquisição dos terrenos. Quanto à massificação concordavam em pleno no sentido de ser um projecto aprazível e funcional. Consideravam o projecto de grande importância estratégica para o concelho. Como nota final, louvavam a atitude do actual executivo em ter agarrado o projecto de uma forma determinante e empenhada, como o anterior o tinha feito, esperando com expectativa e confiança a sua concretização.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, considerou a Sra. da Ribeira um projecto importante, como são os outros, mas não era nenhuma bandeira. Confirmou que o acompanhamento do projecto estava a ser feito por um técnico da Câmara, a quem reconheceu qualidades e que continuava ao serviço em regime de avença. Referiu que esse acompanhamento não estava a cumprir algumas das determinações constantes no PROZAG, apesar de cumprir os índices de construção. Havia no entanto outras medidas fundamentais que não se cumpriam, como por exemplo a tipologia de moradias turísticas, estando previstos mais de 400 lotes para moradias, facto que não ia ser aprovado. Referiu depois as medidas cautelares devido à elaboração do novo plano e que este era do conhecimento do anterior executivo. Inicialmente o novo projecto previa a criação de 150 camas, o que para a empresa interessada era inaceitável, uma vez que o pretendido era mesmo o loteamento, mas que já se tinha conseguido chegar a criação de 400 camas, sendo 200 destinadas a um hotel e as restantes para um aldeamento turístico o que já era aceite pela empresa. Discordou do secretismo que houve na elaboração do plano e que teria sido melhor a elaboração de um plano de pormenor, de forma a proteger os donos dos terrenos quanto à especulação imobiliária.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois ponto dois, CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO, que posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto três, CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = INDICAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALÍNEA K, DO ART.º 4º DO REGULAMENTO), POR CADA GRUPO PARLAMENTAR. Pela coligação PPD/PSD-CDS/PP foram indicados os cidadãos: Sérgio Manuel Morais da Costa e Luciano Lopes Cardoso. O Partido Socialista indicou os cidadãos João

Duarte Boto Martins e Maria José Sousa Nogueira Tavares. Feita a votação, estas indicações foram aprovadas por unanimidade.

Seguiu-se o ponto dois ponto quatro, LUSITÂNIA – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL = ADESÃO, a adesão foi aprovada por unanimidade. Na apresentação e votação deste ponto esteve ausente o Sr. Deputado Augusto de Oliveira Santos.

Passou-se de seguida ao ponto dois ponto cinco, INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO – ITECONS = ADESÃO. A adesão foi aprovada por unanimidade. Na apresentação e votação deste ponto esteve ausente o Sr. Deputado Augusto de Oliveira Santos.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE AMAINHOS, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº.1 DO ART.º 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ANICETO MIGUEL DOS SANTOS MARTINS. Pediu a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por referir que pensava ser este processo um procedimento frequente e normal, mas era um facto que a Assembleia Municipal tinha uma certa responsabilidade ao pronunciar-se pela falta de meios económicos do requerente. Estranhou o facto de serem logo dois os processos apresentados na mesma Assembleia e serem da mesma Freguesia. Considerou haver falta de clareza nos atestados passados pela Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, dizendo não se tirar qualquer conclusão do que se atestava, sendo a redacção confusa. Solicitou que, de futuro, processos idênticos fossem mais claros e precisos, alertando para o perigo de no futuro termos todas as pequenas parcelas fora dos Planos Directores ocupadas com habitações, pondo em risco a existência de parcelas para exploração agrícola.

Pediu depois a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo, que começou por lembrar que já varias situações idênticas, se tinham registado em Assembleias anteriores e nunca se tinha duvidado da legitimidade ou capacidade do Presidente de Junta de Freguesia. Referiu que melhor que ninguém, era a Junta de Freguesia que sabia se os interessados tinham ou não tinham capacidade económica para adquirir terrenos. Identificou a situação particular dos requerentes. Referiu que na constituição do processo já havia informação avalizada sobre a localização das construções. Lamentou que ao fim de muitos anos se confrontasse agora com a situação de haver um Sr. Deputado que pusesse em causa a competência e a honestidade de um Presidente de Junta de Freguesia.

Respondeu o Sr. Deputado João Boto Martins, dizendo que nunca pôs em causa a honestidade dos Srs. Presidentes de Junta nestes atestados ou noutros, mas sim o que punha em causa era o processo em si. Por não ter feito parte da Assembleia Municipal nos últimos anos, desconhecia os processos anteriores, não sendo de estranhar as questões colocadas. Reafirmou a necessidade dos atestados trazerem a informação clara e precisa para que a Assembleia se pudesse pronunciar com rigor. O problema não estará nos

Presidentes de Junta, mas sim no modelo que servirá de base para a passagem dos atestados. Esclareceu que em casos futuros, votaria contra caso as informações prestadas não fossem claras. Seguiu-se a votação, sendo este ponto aprovado por maioria, com 29 votos a favor (17 da Coligação e 12 do PS) e uma abstenção do PS (Sr. Deputado João Duarte Boto Martins).

Passou-se de seguida ao ponto dois ponto sete, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº.1 DO ART.º 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQUERENTE: ALBERTO MANUEL VARELA DOS SANTOS FIGUEIREDO. Sujeito a votação, este ponto foi aprovado por maioria, com 29 votos a favor (17 da Coligação e 12 do PS) e uma abstenção do PS (Sr. Deputado João Duarte Boto Martins).

Nesta altura e a pedido do grupo parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de 15 minutos.

Reiniciados os trabalhos passou-se para o ponto dois ponto oito, REESTRUTURAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS – ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMOS DE 21/10/2004, COM A REFERÊNCIA 9015/001554/587/0019 = APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir que, não sendo necessária a apresentação à Assembleia da situação, o fazia porque entendia que os membros da Assembleia deviam ter conhecimento. Sobre o assunto em causa, referiu que quatro dos empréstimos à CGD foram transformados num só e por um prazo de vinte anos, o que a curto prazo e nesta fase em que a capacidade de endividamento está esgotada, trazia um certo desafogo aos compromissos financeiros da Câmara. Sujeito a votação, o ponto foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor (17 da Coligação e 6 do Partido Socialista) e 7 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados: João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, César Fernando Lima Branquinho, José Augusto Morais de Sousa, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, Carla Isabel Silva Cunha e Nuno João Marques da Costa Pereira).

Passou-se de seguida ao ponto dois ponto nove, – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2006 = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador Fernando Cruz, uma vez que foi o maior responsável pela elaboração dos documentos em análise. O Sr. Vereador antes de entrar na apresentação dos documentos, referiu-se à auditoria que se fez às contas camarárias e que as conclusões da mesma foram importantes para a elaboração do orçamento. Salientou a indisciplina com que se geria a Câmara em termos de despesa, a quase indisponibilidade de meios para fazer face a encargos a curto prazo e a enorme dívida a fornecedores existente. A elaboração do orçamento, incidiu em planos estratégicos previamente definidos, foi feita com base na execução real dos orçamentos dos últimos anos, uma vez que havia uma grande diferença entre o real e o previsto. Pretendia-se o lançamento de projectos, que no próximo ano pudessem ser candidaturas ao futuro Quadro Comunitário de Apoio. Salientou a aposta na

valorização dos recursos humanos da Câmara, uma vez que uma grande percentagem dos mesmos possuía habilitações baixas. Referiu-se às dificuldades criadas pelo Orçamento Geral do Estado, devido ao seu rigor e contenção e ao fim do actual Quadro Comunitário de Apoio. Devido às dificuldades de tesouraria, considerou que este executivo encontrou a Câmara amputada de trabalhar e que se tem feito um esforço enorme na renegociação da dívida a fornecedores que já ameaçavam com acções em tribunal. Salientou o facto de, ao contrário de anteriores orçamentos, este ter sido feito integralmente na Câmara e que era mais reduzido que os anteriores, pois era real e não continha projectos que não se podiam executar. Debruçou-se depois sobre os 18 projectos constantes do plano estratégico de investimentos que irão potenciar o modelo de desenvolvimento económico e que constam da documentação previamente entregue aos Srs. Deputados.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por dizer que se congratulava com grande parte dos projectos apresentados. Lamentou depois que da informação constassem termos em língua estrangeira que dificultavam a compreensão dos mesmos. Apoiou a transferência para as Juntas de Freguesia de mais verbas, mais competências e maior capacidade técnica, referindo que há mais de vinte anos, numa anterior presença numa Assembleia Municipal e também na oposição tinha reclamado por esta situação. Pediu depois esclarecimentos sobre o quadro “Evolução do Orçamento de 2000/2006” no que diz respeito à percentagem de aumento da despesa no ano de 2006 e como se pensava gerar receita para cobrir este aumento da despesa.

Respondeu o Sr. Vereador Fernando Cruz, dizendo que os termos técnicos não tinham solução no sentido de se tornarem mais claros. Quanto à questão da despesa, esta resultava dos encargos assumidos nos anos anteriores e da transferência de competências por parte da Administração Central, o que também, em princípio, acarreta uma maior transferência de verbas. Esta despesa seria também coberta pelos financiamentos provenientes da aplicação da nova Lei das Finanças Locais prevista para Março próximo.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que referiu o cepticismo e negativismo apontado em relação ao anterior executivo camarário e ao actual governo o que conduz a uma mensagem de catástrofe económica não despertando o investimento quer interno quer externo. Sem investimento não haverá desenvolvimento, pelo que esperava para as grandes opções do plano projectos mais ambiciosos. Estava ao dispor para colaborar no desenvolvimento do nosso concelho.

Foi dada a seguir a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, que se pronunciou sobre a declaração de voto dos Vereadores da oposição constante da acta da reunião ordinária da Câmara, fazendo um balanço sobre o peso das despesas correntes em orçamentos anteriores, indicando os valores e percentagens. Comparou também o binómio despesas correntes/despesas de capital de orçamentos anteriores, dizendo que em valores reais (os constantes

das contas de gerência resultantes da execução orçamental) desde 2001 que as despesas correntes foram superiores às despesas de capital. Demonstrava-se assim que aqueles orçamentos não passavam de bem intencionados. Era assim manifesto que desde 2001 que a Câmara Municipal entrou em completa derrapagem económica, pois não era capaz de gerar receita capaz de cobrir as despesas com salários, não se devendo agora responsabilizar o actual executivo pelo que não se fez anteriormente, investir e criar riqueza. Apresentou depois os valores das contas de gerência de 2001 a 2004 que provavam as afirmações anteriores. Terminou dizendo que, pelo atrás apresentado o actual executivo foi obrigado a elaborar este orçamento no sentido de balizar e controlar a situação financeira do Município. Registou a seguir com agrado o facto do actual orçamento ter sido elaborado pelos serviços camarários.

Pedi depois a palavra a Sra. Deputada Carla Isabel Cunha dizendo que o grupo parlamentar do Partido Socialista não concordava maioritariamente com o orçamento apresentado. Começou por focar a situação da inexistência das iluminações natalícias com o argumento da pesada herança deixada pelos executivos anteriores, gastando-se a seguir os escassos recursos na aquisição e remodelação de um edifício quando havia possivelmente outra solução, não compreendia também que se gastasse tanto com um Boletim Municipal de elevada qualidade em papel e impressão, uma vez que, e citando o Sr. Presidente da Câmara “se fosse uma empresa privada a única solução seria a falência”. Perguntou se seria isto uma prioridade. Focou que, não estando contra a informação dada aos munícipes, estava sim contra a forma despesista da elaboração e distribuição do Boletim. Questionou depois sobre se seria agora oportuno proceder à contratação de catorze novos funcionários. Referiu que o grupo até poderia votar favoravelmente o orçamento, caso nele visse uma ideia em prol do concelho ou um projecto dinamizador. Não ficava demonstrada a análise custo/benefício de tão mediáticas despesas, se calhar inscritas no orçamento por imperativos políticos. Focou depois a referência do Sr. Presidente da Câmara ao conjunto de infra-estruturas excelentes existentes, concluindo que na secretária onde, segundo alguns, apenas se liam jornais, também foram talhados projectos de qualidade. Lamentou que se gastasse dinheiro em coisas que há alguns anos atrás, seriam consideradas despesistas. Salientou por fim, que tudo o que os eleitos locais fizessem deveria ser direccionado para o progresso de Santa Comba Dão e o bem-estar das suas populações.

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que estranhava as acusações de despesismo, quando este orçamento era muito mais baixo que orçamentos anteriores e quando foram deixados mais de quatro milhões de euros de despesas do ano anterior para pagar. Confirmou a existência de boas infra-estruturas, mas lembrou que algumas nem sequer estavam registadas em nome da Câmara Municipal (Estádio Municipal, Casa da Cultura, Edifício do Auditório Municipal). Sobre a compra do novo edifício, focou a sua necessidade no sentido de criar melhores condições de trabalho

aos funcionários e melhor atendimento à população. Referiu-se a outras possíveis soluções, como a possível ampliação do actual edifício da Câmara, à construção de uma nova Câmara Municipal ou à passagem dos serviços técnicos para o edifício onde funciona o GAT, mas que não eram viáveis. Explicou que o edifício foi adquirido em óptimas condições e a sua remodelação será financiada a 50% pelo Governo. Defendeu a posição tomada, pois o edifício era digno, estava no Largo da Câmara e contribuía para a requalificação da zona. Quanto ao Boletim Municipal, disse que a despesa não era assim tão grande, achando que havia despesas que deviam ser feitas, considerando este caso um investimento tendo em conta a comunicação de e para os munícipes. Disse que o Boletim não era veículo de propaganda da Câmara, pois estava aberto à participação de todos, tendo como principal finalidade a união de todos os Santacombadenses. Sobre o fecho da Câmara por falência, disse ter-se limitado a citar o que os auditores referiam no seu relatório. Quanto aos catorze funcionários a situação já tinha sido mais que tratada, referindo no entanto que não aumentavam a despesa, nem tal podia acontecer. Terminou dizendo que as decisões e as opções eram tomadas pelos actuais órgãos eleitos e não pelo Partido Socialista.

Sujeito a votação o ponto foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor (17 da Coligação e 6 do Partido Socialista) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados: João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, César Fernando Lima Branquinho, José Augusto Morais de Sousa, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, Carla Isabel Silva Cunha e Nuno João Marques da Costa Pereira).

Passou-se depois para o ponto dois ponto dez, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara esclareceu que este era um empréstimo previsto na lei, não contando para o endividamento municipal, uma vez que tinha que ser pago até ao final do ano. O seu valor era de 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Referiu que no ano passado o valor do empréstimo, apesar de ter sido autorizado, não foi utilizado. Este ano iria ser parte dele utilizado, já em Março, para financiar a delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Procedeu-se à votação deste ponto que foi aprovado por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se depois para a terceira parte da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. Pediu a palavra o Sr. Feliciano de Sousa Lima, que sobre a situação do edifício onde está o Auditório Municipal, disse que o mesmo não podia estar em nome da Câmara Municipal, pois pertencia aos Bombeiros, havendo um acordo entre estes e a Câmara para a cedência do espaço e não do prédio.

Pediu depois a palavra o Sr. Francisco Coelho dos Santos, de S. João de Areias, que se referiu a problemas de trânsito junto à Igreja de S. João de

Areias, provocados por deficiente sinalização. Focou também a existência de cães vadios e com doenças que punham em perigo a saúde pública. Pediu a intervenção para solucionar os casos focados.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este respondendo à primeira intervenção, disse ter conhecimento da situação, que era idêntica à da Casa da Cultura, uma vez que o terreno também não pertencia à Câmara. Mostrou alguma apreensão sobre o que nos reservava o futuro. Sobre as situações apresentadas de S. João de Areias disse, que em relação aos assuntos de trânsito, os mesmos iriam ser tratados e sobre os canídeos, uma vez que não havia canil municipal para a sua recolha, iria pôr o problema ao veterinário municipal no sentido de encontrar uma solução, frisando que casos destes se verificavam pelo concelho todo.

Pediu depois a palavra a Sra. D. Esmeralda Rocha Antas, de Vila Pouca, que começou por saudar o Boletim Municipal, achando ser uma boa aposta, considerando-o de boa qualidade e convidativo para participação. Referiu querer ser ouvida e querer ver as suas declarações gravadas, pois se assim tivesse procedido anteriormente, podia ter evitado a saída da Farmácia, de Vila Pouca. Lamentou que nesta sessão se tivesse voltado a falar em assuntos já tratados e por isso falava novamente no problema da Farmácia. Referiu também que a exemplo dos campos de concentração, o Museu do Estado Novo não deve meter medo a ninguém, nem ofender, servindo mesmo de informação para os mais novos. Lamentou que algumas pessoas manifestassem agora a preocupação com despesas e isso não tivesse acontecido anteriormente, perdendo mesmo, alguma autoridade para falar agora no assunto, uma vez que também o não fizeram anteriormente. Sobre a manifestação acerca do Centro de Saúde, lamentou não ter visto nela algumas pessoas com responsabilidades em defender os interesses dos cidadãos, lamentando também não ter sido feita uma manifestação para evitar a saída da Farmácia, de Vila Pouca. Sobre a imprensa local, contou que era frequente escrever artigos para o Jornal “Defesa da Beira” e há quatro anos, por altura das anteriores eleições autárquicas e a propósito de um caso a elas referente, escreveu um artigo para este jornal, que não foi publicado. Depois de muitas insistências, o responsável acedeu conceder-lhe um encontro em Tábua, pois não queria ser visto com ela em Santa Comba Dão e se relacionasse depois a publicação do artigo com este encontro. Este tinha sido um caso real e que servia para ver o que se passava com a imprensa local. Referiu também que por essa altura tentou filiar-se no Partido Socialista, não o conseguindo, ficando satisfeita pois sentia-se agora mais livre e não tendo medo.

Antes de dar por terminada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia manifestou a satisfação pela forma participativa, responsável e elevada demonstrada por todos os presentes, dizendo que a sessão de hoje tinha sido uma lição sobre a liberdade de expressão e de intervenção cívica, de onde saiu mais rico uma vez que aprendeu algo.

O Sr. Presidente da Assembleia, depois de agradecer a participação de todos, deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e cinquenta minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de aprovada vai ser assinada.

A esta questão, possivelmente todos teremos resposta, que poderá ser distinta mas que, com certeza, passará pela crença de que, ao que às crianças diz respeito, não deve haver “apertos de cinto”...

Canalizar os recursos humanos em prol da melhoria e da capacidade de fornecer qualidade ao processo de crescimento das crianças é possível no nosso concelho...

Lembremos que na nossa cidade há uma escola profissional onde funciona o curso de Animação Sociocultural...

Ora, os seus discentes, e futuros técnicos da animação, poderiam aplicar as teorias aprendidas em práticas que se traduziriam em mais valias, quer para eles próprios, quer para as crianças. Fazendo o acompanhamento das crianças das diferentes escolas, o que poderia acontecer de forma rotativa, se essa actividade fosse pensada e articulada conjuntamente com associações locais como a sociedade filarmónica que poderia disponibilizar carrinhas para o transporte das crianças...

Este aproveitamento dos recursos humanos seria uma aposta óbvia na cultura, na dinâmica do binómio ensino/aprendizagem e, acima de tudo nas pessoas que são, sem dúvida, o melhor que a nossa cidade tem...

E, porque falo da importância e riqueza que temos nas pessoas do nosso concelho, tenho que aludir a outros aspectos; para tal lembremos o passado e convenhamos que, durante anos, a aposta do executivo camarário passou muito mais pela criação de infra-estruturas - como a casa da cultura, o pavilhão gimnodesportivo, entre outros...

Infelizmente tenho de dizer que não chega tudo isso: de que vale ter os meios físicos se os mesmos, aos olhos dos munícipes em pouco ou nada se traduzem em melhorias das condições de vida???

De que vale a certeza de que vamos de encontro ao desenvolvimento se tal não se traduzir na efectiva mudança e na possibilidade de promoção dos valores culturais de que dispomos???

Se somos um concelho que quer apostar fortemente no Turismo, então temos de saber promover o que temos de bom... E, acreditem: é tanto...

Não nos limitamos apenas a ser a “terra do Salazar”, somos também a terra da boa comida, da olaria, das bonecas de pano, de ranchos folclóricos e de várias bandas filarmónicas...

Temos, nas várias freguesias, pontos de interesse cultural que podem ser apelativos para a vinda de visitantes: devemos e podemos promovê-los...

Porque não criar fins-de-semana culturais, sendo cada um direccionado para a apresentação das diferentes freguesias e do que elas de têm de melhor???

Porque não realizar *Jornadas Gastronómicas* ou outros eventos que mostrem o que temos por cá?

Ficam as propostas e, para finalizar uma máxima aquiliniana: “Alcança quem não cansa”...

Sr. Presidente da Câmara Municipal, estou certa de que alcançará e que, só assim o conelho vencerá!!!

Autoria: Paula Francisca - deputada da coligação PP/PSD